

IP CANOAS CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

IP CANOAS CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
IP Canoas Concessionária de Iluminação Pública S.A.
Canoas - RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da IP Canoas Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IP Canoas Concessionária de Iluminação Pública S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da companhia para o período de 08 de agosto a 31 de dezembro de 2023, apresentadas como valores correspondentes, não foram auditadas por nós ou outros auditores. Consequentemente estamos limitados quanto aos possíveis efeitos, caso haja, destes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis 07 de julho de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519/F-0

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'MA' followed by a stylized flourish.

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

IP CANOAS CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.928.981	24.156.893	Fornecedores	10	8.663.390	111.939
Ativo financeiro	4	2.114.743	944.738	Obrigações trabalhistas		163.693	-
Estoques	5	6.091.927	-	Obrigações tributárias		138.122	141.833
Tributos a recuperar	6	1.027.407	169.259	Dividendos a pagar	12.3	1.246.973	-
Outras contas a receber		73.482	1.000	Outras contas a pagar		30.403	-
Despesas antecipadas	7	22.449	65.983			10.242.580	253.772
		22.258.990	25.337.873	Não circulante			
Não circulante				Tributos Diferidos			
Ativo financeiro	4	21.042.354	-		8.1	4.729.059,85	146.403,69
Tributos diferidos	8.1	576.596	825.852			4.729.060	146.404
Imobilizado	9	937.943	77.255	Patrimônio líquido			
		22.556.893	903.107		12		
				Capital social		27.384.386	27.384.386
				resultados acumulados		-	(1.543.582)
				Reserva legal		262.521	-
				Lucros a disposição da assembleia geral ordinária		2.197.337	-
						29.844.243	25.840.804
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						44.815.883	26.240.980
Total do ativo		44.815.883	26.240.980				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP CANOAS CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	Período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)
Receita operacional líquida	13	20.943.497	829.008
Custo de construção	14	(11.224.890)	(682.536)
Custo de operação	14	(3.521.085)	(56.256)
Lucro bruto		6.197.523	90.215
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	14	(142.662)	(3.305.518)
Outros resultados operacionais		199.765	-
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro e impostos		6.254.626	(3.215.303)
Receitas financeiras		2.051.524	924.026
Despesas Financeiras		(387.244)	(47.483)
Lucro líquido operacional antes dos impostos		7.918.907	(2.338.760)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.2	(2.668.495)	795.178
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		5.250.412	(1.543.582)
Lucro líquido por ação		0,19	(0,06)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP CANOAS CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

	31/12/2024	Período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)
Lucro líquido do período	5.250.412	(1.543.582)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.250.412	(1.543.582)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP CANOAS CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Resultados acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 08 de agosto de 2023	-	-	-	-	-
Integralização de capital	27.384.386	-	-	-	27.384.386
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.543.582)	(1.543.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	27.384.386	-	-	(1.543.582)	25.840.804
Lucro líquido do exercício	-	-	5.250.412	-	5.250.412
Destinações					
Reserva legal	-	262.521	(262.521)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(1.246.973)	-	(1.246.973)
Lucros a disposição da assembleia geral ordinária	-	-	(3.740.919)	3.740.919	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.384.386	262.521	-	2.197.337	29.844.243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP CANOAS CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

	31/12/2024	Período de 08 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	5.250.412	(1.543.582)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	128.968	474
Tributos sobre o lucro	2.668.495	(795.178)
Tributos diferidos	2.721.014	115.730
Resultado com sinistro de ativo imobilizado	234.449	-
Resultado ajustado	11.003.337	(2.222.556)
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Ativo financeiro	(22.212.359)	(944.738)
Estoques	(6.091.927)	-
Tributos a recuperar	(858.149)	(169.259)
Outras contas a receber	(72.482)	(1.000)
Despesas antecipadas	43.535	(65.983)
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Obrigações trabalhistas	163.693	-
Fornecedores	8.551.451	111.939
Obrigações tributárias	(85.123)	141.833
Outras contas a pagar	30.403	-
	(20.530.959)	(927.208)
Impostos pagos	(476.186)	-
Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais	(10.003.808)	(3.149.764)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado	(1.441.775)	(77.729)
Indenização do ativo imobilizado sinistrado	217.671	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.224.104)	(77.729)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	27.384.386
Caixa gerado nas atividades de financiamento	-	27.384.386
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.227.912)	24.156.893
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	24.156.893	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12.928.981	24.156.893
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.227.912)	24.156.893

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

1. Informações gerais

IP Canoas Concessionaria de Iluminacao Publica S.A. (“Companhia” ou “IP Canoas”), possui sede na Rua Coronel Genuíno, nº 70, Bairro Harmonia, Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi fundada em 08 de agosto de 2023, registrada como Sociedade de Propósito específico - SPE, exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública promovida pelo Município de Canoas, para a concessão administrativa cujo objeto é a modernização, expansão, operação, manutenção e exploração de receitas acessórias da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do referido Município por um prazo de 24 anos.

1.1. Enchentes RS

Em maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por chuvas anormais que resultaram em enchentes em diversas cidades, incluindo o município de Canoas, onde está localizada a base operacional da IPCANOAS S.A.

Embora a unidade da Companhia esteja situada em um dos bairros atingidos pelo evento climático, os danos materiais sofridos foram integralmente cobertos por apólice de seguro vigente, não gerando impactos financeiros significativos no resultado do exercício. As operações foram temporariamente interrompidas, sendo retomadas tão logo as condições operacionais da sede foram restabelecidas.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2025, e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

A principal área que envolve estimativa e premissa é a referente a Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

2.2.3. Ativo financeiro

Representado pelo contrato firmado com o Poder Concedente para construir, modernizar e operar e manter o parque de iluminação pública, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

O ativo proveniente da construção e modernização da infraestrutura é formado pelo reconhecimento da receita de construção, operação e pela sua remuneração financeira.

2.2.4. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado, e segregados em materiais para manutenção e construção do parque concedido.

2.2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

2.2.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.8. Reconhecimento de receita

Serviços de iluminação pública

As receitas são reconhecidas: (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de construção - serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente);
- b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste enseja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro linha de eficiência energética disponibilizada pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para prefeituras. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão;
- c) Receita de operação e manutenção - serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

2.2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	2.477.829	60.780
Aplicações financeiras	10.451.152	24.096.112
	<u>12.928.981</u>	<u>24.156.893</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Ativo financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	944.738	-
Receita de Construção	18.168.289	872.497
Receita Operacional	5.470.364	67.422
Receita Financeira	228.581	4.819
Contraprestações reconhecidas	(1.654.875)	-
Ativo financeiro	<u>23.157.097</u>	<u>944.738</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

O Ativo financeiro da Companhia é oriundo do contrato de concessão nº 119/2023, firmado com o município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Porto Alegre, com prazo de vigência de 24 anos, contado a partir da data de eficácia.

O ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, indica que os contratos de concessão devem ser registrados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de contrato com cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso.

5. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de manutenção	3.976.739	-
Estoque de terceiros	30.403	-
Materiais a receber	2.084.785	-
	<u>6.091.927</u>	<u>-</u>

6. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	154.400	-
COFINS a recuperar	711.177	-
IRPJ a recuperar	161.830	169.259
	<u>1.027.407</u>	<u>169.259</u>

7. Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	22.449	65.983
	<u>22.449</u>	<u>65.983</u>

Refere-se a seguros previstos na cláusula 11 do contrato assinado junto ao poder concedente, os quais devem ser reajustados anualmente com o intuito de garantir a continuidade dos serviços, conforme contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

8. Tributos correntes e diferidos

8.1. Tributos diferidos

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos débitos calculados sobre as receitas de construção relativas à formação do ativo financeiro, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, os quais serão realizados quando as contraprestações mensais são recebidas e tributadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal sobre Imposto de Renda	423.968	607.244
Base negativa sobre Contribuição Social	152.628	218.608
Ativo fiscal diferido	<u>576.596</u>	<u>825.852</u>
PIS diferido	382.092	15.588
COFINS diferido	1.759.939	71.800
ISS diferido	694.713	28.342
Imposto de Renda diferido	1.391.408	22.554
Contribuição Social diferida	500.907	8.119
Passivo fiscal diferido	<u>4.729.060</u>	<u>146.404</u>

8.2. Tributos correntes

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.918.907	(2.338.760)
Adições/(exclusões) permanentes	(70.393)	-
Adições/(exclusões) temporárias	<u>(5.475.418)</u>	<u>(90.215)</u>
Lucro real	2.443.683	(2.428.976)
Alíquota Nominal Combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	806.852	(825.852)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	1.861.642	30.673
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2.668.495</u>	<u>(795.178)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Deprec. acumulada	Custo de aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Instalações	10%	-	-	-	26.393
Móveis e Utensílios	10%	(2.944)	83.052	80.108	27.150
Equipamentos de processamento de dados	20%	(5.608)	71.953	66.344	6.498
Veículos	25%	(116.661)	854.354	737.693	-
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	(4.021)	57.819	53.798	17.215
		<u>(129.234)</u>	<u>1.067.177</u>	<u>937.943</u>	<u>77.255</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado líquido:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2024
Instalações	26.393	22.720	(49.113)	-	-
Móveis e Utensílios	27.150	108.815	(52.913)	(2.944)	80.108
Equipamentos de processamento de dados	6.498	67.555	(2.100)	(5.608)	66.344
Veículos	-	1.197.854	(343.500)	(116.661)	737.693
Máquinas e Equipamentos	17.215	44.832	(4.494)	(3.754)	53.798
	<u>77.255</u>	<u>1.441.775</u>	<u>(452.120)</u>	<u>(128.968)</u>	<u>937.943</u>

	08/08/2023	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2023
Instalações	-	26.600	-	(207)	26.393
Móveis e Utensílios	-	27.150	-	-	27.150
Equipamentos de processamento de dados	-	6.498	-	-	6.498
Máquinas e Equipamentos	-	17.481	-	(266)	17.215
	<u>-</u>	<u>77.729</u>	<u>-</u>	<u>(474)</u>	<u>77.255</u>

Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	8.663.390	111.939
	<u>8.663.390</u>	<u>111.939</u>

11. Partes relacionadas

11.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma diretoria com três integrantes.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia é dividido em 27.384.386,00 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis) de ações nominais, sendo todas ações ordinárias, no valor de R\$ 1 (um real) cada uma, o qual monta R\$ 27.384.386,00 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais), totalmente integralizado.

12.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

12.3. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") e de dividendos intermediários e/ou intercalares:

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	5.250.412
Constituição da reserva legal	(262.521)
Base para pagamento de dividendos	<u>4.987.891</u>
Dividendos obrigatórios	1.246.973
Total de dividendos a pagar	<u><u>1.246.973</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

13. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/01/2023
Receita de construção	18.168.289	872.497
Receita operacional	5.470.364	67.422
Receita financeira	228.581	4.819
	<u>23.867.234</u>	<u>944.738</u>
PIS	(393.809)	(15.588)
COFINS	(1.813.910)	(71.800)
ISS	(716.017)	(28.342)
	<u>(2.923.736)</u>	<u>(115.730)</u>
Receita líquida	<u>20.943.497</u>	<u>829.008</u>

14. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza e função estão demonstradas da seguinte maneira:

Custos e despesas por natureza	31/12/2024	31/12/2023
Materiais aplicados	(6.295.178)	(96)
Serviços de terceiros	(6.224.830)	(735.557)
Ocupação, utilities e serviços	(483.053)	(3.304.919)
Frota de veículos	(628.507)	(2.245)
Custo e Despesas com pessoal	(1.070.448)	(1.494)
Depreciação e amortização	(186.620)	-
	<u>(14.888.636)</u>	<u>(4.044.311)</u>
Custos e despesas por função	31/12/2024	31/12/2023
Custos de construção	(11.224.890)	(682.536)
Custos de operação	(3.521.085)	(56.256)
Despesas administrativas	(142.662)	(3.305.518)
	<u>(14.888.636)</u>	<u>(4.044.311)</u>

15. Instrumentos financeiros

15.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

15.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

15.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

16. Contingências para perdas possíveis

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto a seu desfecho. São ações judiciais ou procedimentos administrativos para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem de verificação e análise dos fatos ou, ainda, que apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de êxito.

A IPCANOAS possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação do departamento jurídico para os quais não há provisão constituída. O Valor envolvido no processo classificado como possível em 31 de dezembro 2024 de R\$ 75.000,00.

17. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.